



## CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MINAS GERAIS

1 Ata nº 326 da Sessão Plenária Extraordinária de Posse do Conselho Estadual dos  
2 Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/MG, realizada ao primeiro dia do mês  
3 de março de 2016, em sua sede localizada na Casa de Direitos Humanos, à Avenida  
4 Amazonas, 558 - 7º andar - Centro - Belo Horizonte com início às 09:30h. Registro  
5 das presenças em livro próprio: João Alves Crisóstomo (Associação Pingo de Luz),  
6 Cleide Maria da Cruz (AMR - Associação Mineira de Reabilitação), Claudinei dos  
7 Santos Lima (Axé Criança), Geraldo Cristiano Alves Valentim (CAIS - Casa de Arte e  
8 Inclusão Social), Antônio Marcos Ferreira (Fundação Sara Albuquerque), Valdeci  
9 Macedo de Lima (Associação Bem Viver), Thaís Lavarini (Fundação Sara  
10 Albuquerque), Elian Vasconcelos (Fundação Sara Albuquerque), Erica Alvarenga de  
11 Rezende Bastos (Conselheira Governamental - Policia Civil), Andressa Melo  
12 (Fundação CDL Pró-Criança), Regina Helena Cunha Mendes (ASSPROM –  
13 Associação Profissionalizante do Menor), Renata Vieira (Instituto Direitos Humanos),  
14 Bruno Vieira (Instituto Direitos Humanos), Dênia Damiani Carvalho (associação 04 de  
15 Agosto), Rita Ferreira da Silva Alves (Associação Arco Iris ), Genilson Ferreira de  
16 Almeida (Associação do Amor), Amanda Moises de Moura (SEDS/SUASE),  
17 Bernardino Soares (SEDS/SUASE), Maria de Fátima Mayrinck Brito ( Associação  
18 Amigos do Bugre), Carlos Beto Roberto da Silva (ADEFOM), Rodrigo Martins Antonio  
19 (Fundação CDL BH Pro-Criança), Maria Margareth Pereira (Providência Nossa  
20 Senhora da Conceição), Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth (Ministério  
21 Publico de Minas Gerais / CAO-DCA), Giselle da Silva Cyrillo (SEDS/SUASE),  
22 Raymundo Rabelo de Mesquita (Inspetoria São João Bosco), Ananias Neves Ferreira  
23 (Federação Municipal de Associações e Moradores e Movimentos Populares de  
24 lapu). **Justificativa de ausência:** Conselheiro Governamental Ricardo Augusto  
25 Zadra, conforme segue: *“Ao Ilustre Presidente do CEDCA/MG, Dr. Ananias Neves  
26 Ferreira e Secretaria Executiva do CEDCA/MG, Ilustre Sra. Marice Ceres. Prezados e  
27 Nobres Conselheiros. Boa tarde, É com muita tristeza e descontentamento, que  
28 comunico a todos vocês, novos, antigos mas todos nobres e importantes  
29 Conselheiros, da minha impossibilidade de estar presente na sessão solene deste  
30 Conselho Estadual – CEDCA/MG a realizar-se no dia 01/03/2016, por compromissos  
31 anteriormente marcados e sem a possibilidade de adiá-los. Desejo a todos que a  
32 solenidade de posse dos conselheiros da Sociedade Civil eleitos, seja um marco na  
33 caminhada de todos vocês, na promoção, proteção e defesa dos direitos de nossas  
34 crianças e adolescentes. Que Deus ilumine a todos e que tenham uma boa reunião  
35 festiva. Atenciosamente, Ricardo Zadra. Conselheiro Governamental. Cedca/MG.”* A  
36 Sessão Especial teve início com uma consideração do Dr. Ananias Neves Ferreira,  
37 quanto ao fato de estarem todos reunidos em atendimento inicial ao convite expedido  
38 pelo Sr. Secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania,  
39 salientando que o convite foi recebido pela maioria dos presentes, e também em

40 atendimento a ato formal de convocação da plenária especial. Inicialmente informa  
41 que será lido um dispositivo do Regimento Interno, já que muitas pessoas presentes  
42 (conforme registro de presença das entidades em Livro próprio) na Sessão estão  
43 chegando agora ao CEDCA e não conhecem o Regimento Interno do Conselho. Dr.  
44 Ananias Neves esclarece que o Regimento Interno está fundamentado na Lei  
45 10.501/1991, lei que cria este Conselho Estadual. Procede-se então à leitura do art.  
46 44 do Regimento Interno do CEDCA, cujo teor segue: “**Art. 44** – *A posse dos*  
47 *representantes da Sociedade Civil dar-se-á no primeiro dia útil do mês de março do*  
48 *ano civil do início do mandato. § 1º - Às nove horas do dia estabelecido no “caput”*  
49 *deste artigo, na sede do CEDCA/MG, independentemente de convocação, instalar-se-*  
50 *á e realizar-se-á a Sessão Plenária de posse coletiva dos representantes da*  
51 *Sociedade Civil. § 2º A sessão de posse coletiva poderá ser presidida pelo titular da*  
52 *Secretaria de Estado de vinculação do Conselho, ou, na sua falta, pelo Conselheiro*  
53 *mais idoso presente. § 3º Em caso de força maior ou de enfermidade comprovada, a*  
54 *posse deste Conselheiro deverá ocorrer no mês subsequente ao da posse coletiva”.*

55 Concluída a leitura, Dr. Ananias Neves informa sua data de nascimento: 16.12.1943 e  
56 que por esta data, entende ser o conselheiro mais idoso, mas consulta a plenária para  
57 a hipótese de se ter presente outra pessoa mais idosa. Sem manifestação neste  
58 sentido, Dr. Ananias Neves continua na condução da conversa, esclarecendo que  
59 embora sem competência para dar posse, a plenária do conselho continua existindo.  
60 Em seguida, registra a presença da Dra Paola Domingues Reis de Nazareth,  
61 Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-DCA (Centro de Apoio às Promotorias  
62 de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente). Dando  
63 prosseguimento, passa-se à leitura da Comunicação Interna nº 427/2016 enviada à  
64 Secretaria Executiva do CEDCA onde se lê: “ De: Ana Amélia Penido Oliveira -  
65 Subsecretária de Participação Social. Para: Marice Ceres de Sousa: Secretária  
66 Executiva do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Senhora  
67 Secretária Executiva, Com meus cordiais cumprimentos venho, em resposta à C.I. de  
68 número 024/2016, datada 22 de fevereiro de 2016, recebida na DACOC dia 25 de  
69 fevereiro de 2016, tratando da solicitação de encaminhamento, a designação do  
70 Governador, dos representantes da sociedade civil indicados para compor o Conselho  
71 Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA – MG, no triênio 2016 –  
72 2018, informar que: 1)A correspondência veio acompanhada de 20 ofícios de  
73 diferentes entidades, indicando representantes; 2) As atribuições da SEDPAC,  
74 inscritas no capítulo XXIV da Lei Delegada n. 180/2011, impõem a necessidade de  
75 verificação de cada CNPJ e CPF informados nos ofícios antes da tramitação no  
76 sistema que encaminha, à Secretaria de Casa Civil o requerimento das designações  
77 para a aprovação do Governador; 3) Uma vez aprovados os atos pela Casa Civil, a  
78 publicação das indicações é encaminhada ao Diário Oficial; 4) Ocorre que este  
79 procedimento demora, normalmente, entre 5 e 10 dias úteis. Mesmo com todos os  
80 nossos esforços para agilizá-lo, não foi possível concluir tudo a tempo de inserção de  
81 qualquer designação no Diário Oficial de amanhã; 5) Não bastasse isso, ainda  
82 aguardamos resposta do Ministério Público ao nosso ofício sobre a fiscalização do  
83 processo seletivo de conselheiros nos termos do §2º do art. 8º da Lei 10.501/1991.  
84 Pelo exposto, somos de opinião que a Plenária de amanhã não tem amparo legal  
85 para firmar qualquer deliberação. Atenciosamente, Ana Amélia Penido Oliveira.

86 Subsecretária de Participação Social. Belo Horizonte , 29 de fevereiro de 2016. ”  
87 Concluída a leitura da Comunicação, Dr. Ananias Neves informa que o expediente foi  
88 encaminhado à secretaria executiva já por volta das 18:00, e claro, algumas pessoas  
89 já estavam em viagem. Deste modo, considera que estão todos diante de uma  
90 situação concreta: convocados, seja em virtude do que estabelece o Regimento (que  
91 já determina o dia e horário da posse), seja pelo convite feito pelo Secretário de  
92 Estado. Dr. Ananias Neves esclarece que ele, inicialmente, entende que esta  
93 Comunicação Interna não cancela a sessão plenária, havendo apenas um registro no  
94 sentido de que a plenária não pode deliberar. Não obstante, considerando a presença  
95 de dois conselheiros do governo, estamos em uma sessão plenária. Dando  
96 prosseguimento, Dr. Ananias Neves pontua que “a lei estabelece que os conselheiros  
97 são designados por ato do Governador do Estado. Se não houve publicação dos atos  
98 do Governador, a propósito disto, ontem dia 29 de Fevereiro, ocorreu um ato de  
99 posse do Conselho do Idoso, sem até então publicar a nomeação nos atos do  
100 Governador. Não tem a coerência com o ato de posse com o Conselho do Idoso, ato  
101 presidido pelo próprio Secretário de Estado.” Portanto estamos diante de uma  
102 situação delicada, conclui. A respeito do que dispõe a Comunicação Interna quanto à  
103 Lei Delegada nº 180/2011, Dr. Ananias Neves diz que não há dispositivo nenhum que  
104 autorize a SEDPAC a fazer investigação de entidades, CNPJ's e CPF's., que isto não  
105 está na essência da lei e não está na SEDPAC e que esta atribuição não é própria  
106 desta secretaria, cabendo a SEDPAC a conferência do Ofício, se o mesmo foi  
107 assinado pelo Presidente da entidade e que isto se faz num único dia. Já com relação  
108 ao argumento apresentado sobre o Ofício dirigido ao Ministério Público, ele não pode  
109 responder, passando a palavra para a Dra. Paola Domingues, Promotora de Justiça.  
110 Dra Paola Domingues informa que já tinha respondido via e-mail o ofício e que o  
111 documento físico já esta a caminho da SEDPAC. Dr. Ananias Neves esclarece que o  
112 Ministério Público esteve presente no dia da eleição da sociedade civil, tendo a Dra.  
113 Maria de Lurdes Santa Gema, Promotora da 23ª Promotoria de Defesa da Infância e  
114 da Juventude, assinado a ata da eleição e ainda, que o ato de nomeação independe  
115 destes procedimentos formais agora ditos. Segundo Dr. Ananias Neves todos os  
116 conselheiros do mandato anterior sabem que esta situação não tem sintonia com o  
117 perfil deste Secretário de Estado. Constata que obviamente a posse deve ser  
118 precedida da nomeação, mas que há questões que não chegam aos patamares da  
119 vida: a gente sabe que não houve *quórum* qualificado para alteração regimental.  
120 Informa que respondeu a Juliana Chiari (Diretora de Apoio aos Conselhos e Órgãos  
121 Colegiados) sobre o expediente da publicação, sendo evidente que estamos com  
122 questões políticas e não meramente jurídicas a serem resolvidas. Dr. Ananias Neves  
123 reflete sobre o necessário e indispensável funcionamento dos conselhos de direitos e  
124 abre a palavra para manifestação dos presentes. Regina Mendes cumprimenta a  
125 todos e pergunta como fica então a situação, já que o mandato terminou. Pergunta  
126 sobre a nomeação dos governamentais e se o CEDCAS ficará acéfalo neste período,  
127 em que a sociedade civil não toma posse e não se forma a mesa diretora. Esclarecida  
128 a respeito da nomeação e posse dos governamentais, que não se dá à mesma  
129 maneira, Regina Mendes constata então: que não tem paridade porque a sociedade  
130 civil não foi empossada e que o Conselho está acéfalo porque não elegeu mesa  
131 diretora e conclui pela necessidade de pensarmos como o Conselho será conduzido

132 nesta situação. Dr. Ananias Neves retorna sua manifestação sobre o fato de terem  
133 sido todos convocados formalmente em virtude da disposição constante do próprio  
134 Regimento e também porque o Secretário convidou. Mas confirma que realmente não  
135 havendo posse o conselho não pode funcionar. A conselheira Rita Ferreira se dirige a  
136 Dra. Paola Domingues, perguntando se há possibilidade de propositura de ação  
137 judicial para que isto não volte a acontecer, já que este conselho corre o risco de ficar  
138 fechado. Dra. Paola Domingues diz que a situação é tão evidente que ela nem havia  
139 se manifestado, mas que esteve conversando com Dr. Ananias e com a Secretária  
140 Executiva Marice, e que solicitou documentos a fim de que o Ministério Público forme  
141 sua convicção a respeito dos acontecimentos que encerraram o episódio de hoje. A  
142 Promotora informa também que fez contato com a 23ª Promotoria de Defesa da  
143 Infância e Juventude, que tem a atribuição legal para propor procedimentos judiciais e  
144 extrajudiciais que envolvam o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do  
145 Adolescente, já que o CAO-DCA não tem a competência adotar providências em  
146 âmbito judicial e extrajudicial. Coube a ela reunir os documentos e encaminhá-los à  
147 23ª Promotoria, para que as providências sejam tomadas na maior brevidade  
148 possível. Em seguida, o representante da entidade CAIS , Cristiano Valentim, se  
149 manifestou argumentando que não está aqui cumprindo horário de trabalho, coo os  
150 conselheiros do governo, que se organizou para contribuir, que não defende nenhum  
151 partido político, que sua bandeira é sua causa, que faltou respeito por parte do  
152 governo, que muitos saíram de casa ontem a noite e chegaram a Belo Horizonte por  
153 volta as 04:00 da manhã, que ficaram sentados na rodoviária aguardando o horário  
154 para virem para cá. Cristiano diz que considera tudo uma manobra política para  
155 fortalecer alguém. Disse ainda que a posse deveria acontecer hoje, seja em função  
156 do regimento, seja considerando a mesma situação do Conselho do Idoso, porque se  
157 deixarmos esta situação se estabelecer algo maior poderá ocorrer no futuro. Em  
158 seguida, Silvia Batista também se manifesta dizendo que há dois meses que o  
159 CEDCA vem acompanhando este cenário sobre alteração do Regimento Interno. Diz  
160 que com tristeza ouviu do conselheiro governamental Ricardo Foureaux que se a  
161 sociedade civil não votasse a proposta de alteração regimental o conselho ficaria  
162 fechado, havendo deste conselheiro a recomendação de que a mudança regimental  
163 figurasse como primeiro item da pauta. Silvia relata que indagou ao conselheiro por  
164 qual motivo a sociedade civil deveria votar a mudança do regimento e por qual motivo  
165 o conselho ficaria fechado, ao que o Conselheiro Ricardo Foureaux respondeu  
166 afirmando que não haveria representante do governo para assumir a presidência.  
167 Segundo Silvia Batista, ela retornou afirmando que existe sim conselheiros  
168 governamentais para assumir a presidência, citando os nomes dos conselheiros  
169 Ricardo Zadra, Giselle Cyrillo, Alessandra Martins e o próprio Ricardo Foureaux e  
170 esclarecendo eu estes conselheiros preenchem a condição regimental (participar do  
171 Conselho há mais de um ano para ocupar a Presidência). Silvia sinalizou também que  
172 não é este o momento de mudança regimental, por estarmos num período de  
173 transição. Reconhece que o regimento precisa ser estudado e modificado mas que  
174 para tanto, uma comissão será encarregada de fazer este estudo e a proposta de  
175 alteração, no momento certo e não neste momento. Silvia relata que chegou em Belo  
176 Horizonte ontem as 19:30h e no Hotel, ao acessar o e-mail , verificou que havia o e-  
177 mail da secretaria executiva informando sobre a impossibilidade de publicação da

178 nomeação. Mas que naquele momento, considerou o risco de retorno pela BR 381 e  
179 considerou também que está nesta luta por uma causa não por um partido.. Silvia  
180 batista diz que foi um desrespeito, que quando ouve o governo, em todas as suas  
181 propagandas, falar que é um governo que vai caminhar com a sociedade civil, que faz  
182 fóruns regionais de governo para conversar com a sociedade civil, que respondeu ao  
183 e-mail encaminhado pela secretária executiva Marice repudiando o Secretário de  
184 Estado, que sentou à mesa conosco, que disse que a SEDPAC estava assumindo a  
185 SEDPAC e que este Conselho iria fluir, que iria ter força, porque ele é militante da  
186 causa, que não vir aqui depois de um convite expedido por ele, sem ouvir as partes.  
187 Silvia Bastista disse que divulgou em rede social que estava vindo para cá tomar  
188 posse no CEDCA e que agora irá divulgar que o Secretario de Estado desmarcou a  
189 posse por interesse próprio. Segundo Silvia Batista, na vida dela como militante da  
190 causa, já passou por vários fatos semelhantes, mas que neste caso uma atitude  
191 definitiva e decisiva deverá ser tomada para que esta secretaria respeite os  
192 conselheiros e especialmente Dr. Ananias Neves, que carrega este conselho nas  
193 costas. Silvia Batista considera que há seis meses a SEDPAC participa do Conselho e  
194 que na realização das Conferências Regionais, e alguns municípios, quem assumiu o  
195 suporte foi Dr. Ananias Neves, e que sobre isto ninguém fala nada. Mas não perdem a  
196 oportunidade de dizerem que Dr. Ananias “banca” a sociedade civil. Cita que na  
197 Conferência Regional em Araçuaí os adolescentes estavam com fome, que muitos  
198 saíram de casa as 02:00 da madrugada e que não era possível deixar vinte  
199 adolescentes sem lanche. Dr. Ananias, provocado pelos conselheiros que estavam  
200 em Araçuaí, depositou o dinheiro para o lanche oferecido na conferencia. Já em  
201 Governador Valadares, os conselheiros estaduais quase apanharam porque não teve  
202 café nem agua suficiente, e o Secretário Nilmário discursou por uma hora e meia. .  
203 Segundo Silvia, não é possível sair e voltar como se nada estivesse acontecendo.  
204 Mas se governo e sociedade civil estão juntos por uma causa, a sociedade civil tem  
205 que ser respeitada. O Sr. Carlos Roberto (ADEFOM) pede a palavra, recomenda a  
206 todos aqueles que seriam empossados hoje, que preencham seus relatórios de  
207 viagem com vistas ao ressarcimento das diárias e sugere que o ressarcimento das  
208 diárias seja considerado pelo Ministério Público, pra não dizer da possibilidade de  
209 indenização por dano moral. Em seguida, Cristiano Valentim pergunta à Promotora  
210 Dra. Paola Domingues sobre o que irá acontecer hoje. A promotora responde que  
211 como não houve publicação, uma das etapas do ato administrativo, o ato de  
212 nomeação formalmente não existe, embora tenha a informação de que o mesmo não  
213 ocorreu em relação ao conselho do Idoso. A Promotora reafirma que já solicitou à  
214 secretária executiva Marice Ceres e também ao Dr. Ananias o encaminhamento da  
215 ata desta Sessão. A Promotora justifica sua impossibilidade de permanecer na  
216 plenária já que precisa fazer a leitura dos documentos reunidos e encaminhar este  
217 assunto, assegurando que o Ministério Público fará o que for possível dentro de suas  
218 atribuições. Quanto à sugestão do Sr. Carlos Roberto sobre as diárias, a promotora  
219 recomenda que o assunto conste da ata. Ainda se dirigindo ao representante da  
220 entidade CAIS, Cristiano Valentim, Dra. Paola Domingues sugere que um Ofício seja  
221 feito, com o posicionamento de todos, expondo este descontentamento com o  
222 ocorrido, o que ela também compartilha. Ao final, a Promotora assegura que fará tudo  
223 com a maior celeridade possível para evitar que o CEDCA fique sem a composição

224 adequada, e que esta situação se prolongue pelo menor tempo possível. Em seguida,  
225 Regina Mendes (ASSPROM) questiona se os representantes governamentais foram  
226 comunicados sobre cancelamento. Érica Bastos, da Polícia Civil, informa que recebeu  
227 o convite das mãos da Secretaria Executiva Marice, na quinta-feira passada. Erica  
228 Bastos esclarece não está meramente cumprindo horário de trabalho no Conselho  
229 como representante governamental. Érica diz que é delegada de polícia com mil casos  
230 a examinar. E que, em vez de estar lá na delegacia tocando as investigações, está  
231 aqui participando de questões políticas que ela nem tinha conhecimento, mas que,  
232 apesar da situação política visivelmente presente, ela acredita que o Ministério  
233 Público, que fiscaliza o processo, está atento aos requisitos legais. Erica esclarece  
234 que é conselheira suplente e que dos casos sob sua responsabilidade, 70% são  
235 situações de abuso sexual, cujas investigações cabe a ela conduzir. Diz que  
236 representa o governo mas não estava por dentro do que estava acontecendo.  
237 Segundo Erica, estamos aqui lutando por uma causa, e que se fosse considerar sua  
238 disponibilidade, não estaria aqui. Diz que se empenha muito em estar aqui, que este  
239 esforço não é somente da sociedade civil. Conclui afirmando que ninguém nunca  
240 orientou sua atuação. que seu voto e suas manifestações são conforme seu próprio  
241 entendimento, sendo sua representação totalmente isenta. Em continuidade, a  
242 conselheira governamental Giselle Cyrillo também se manifesta pela ala  
243 governamental, dizendo que assim como a sociedade civil, ela também estava em  
244 trânsito quando foi comunicada, ontem no início da noite. Para Giselle Cyrillo é  
245 natural que haja a frustração por parte daqueles que seriam empossados, já que o ato  
246 envolve a mobilização, o deslocamento das pessoas, às vezes de lugares distantes.  
247 Giselle Cyrillo diz que embora os governamentais tenham outra atuação, tem sobre  
248 responsabilidade da SUASE mais de dois mil adolescentes e que é uma escolha sim,  
249 estar aqui no Conselho, porque entendem que, embora em cumprimento do horário  
250 de trabalho, é também uma prioridade que eles decidem dar, para a qualificação da  
251 política. A despeito de tudo que já foi exposto por todos, e falando em nome dos  
252 governamentais que aqui estão, o governo não tem interesse em atuação  
253 desarticulada com a sociedade civil. Segundo a conselheira Giselle, sabemos o  
254 prejuízo que representa, para crianças e adolescentes que os terão que suportar, uma  
255 atuação frágil do conselho estadual, determinada por desarticulações de qualquer  
256 ordem entre governo e sociedade civil, que coloquem em risco o funcionamento do  
257 Conselho, sobretudo num momento em que se discute o sistema socioeducativo, que  
258 é reconhecidamente o gargalo desta política. Giselle finaliza considerando que se há  
259 um entendimento jurídico invencível de que não pode haver posse sem nomeação,  
260 então, até mesmo para qualificar, dentro do governo, a prioridade que é dada ao  
261 CEDCA, ela entende que deve sair daqui uma formalização do que ocorreu e tem  
262 ocorrido e que pode trazer consequências funestas. Segundo Giselle um  
263 encaminhamento efetivo irá resguardar a todos quanto à possibilidade de fechamento  
264 do CEDCA, como se não bastasse a luta que é dar o mínimo de efetividade as  
265 deliberações do Conselho. Com a palavra, o representante da entidade Axé Criança,  
266 Claudinei Lima, que sugere a formalização de um documento para ser apresentado,  
267 presencialmente, na SEDPAC. Segundo Claudinei Lima, o ato de hoje é contraditório  
268 tendo em conta a biografia das pessoas. A representante Rita Ferreira Alves se  
269 manifesta consultando Bernardino Soares, Dr. Ananias e outros com formação em

270 Direito, a respeito do instrumento jurídico mais adequado para impedir o fechamento  
271 do CEDCA e determinar a punição, de forma exemplar, dos responsáveis por este  
272 fato grave , mesmo que por omissão. Afinal, se o CEDCA parar de funcionar e ocorrer  
273 um fato grave no Estado que requeira um posicionamento do Conselho, e ele se  
274 encontrar fechado, alguém deverá ser punido por isto. Rita Ferreira considera que, se  
275 as entidades estarão sujeitas ao crivo do seu CNPJ e CPF de seus representantes ,  
276 pode-se também propor uma Mandado de Segurança, uma Denúncia, e até mesmo o  
277 encaminhamento do caso para a OEA , para evitar que se aconteça no CEDCA de  
278 Minas Gerais o que aconteceu no Conselho Estadual do Rio de Janeiro. Com a  
279 palavra a representante Fatima Mayrink, que falou do seu esforço para estar presente  
280 no CEDCA, já que reside na divisa de Minas Gerais com o Espírito Santo. Fátima diz  
281 que não é a primeira vez que sofre retaliações do governo. Segundo ela, toda vez que  
282 o governo se sente contrariado na sua vontade, quer retaliar a sociedade civil,  
283 comparando este comportamento ao comportamento de seus netos. Fatima Mayrink  
284 afirma que se a sociedade civil não se assentar no CEDCA, não tem *quorum* para as  
285 deliberações do Conselho e que o governo vem dizendo , desde 2014, que pretende  
286 mudanças para fortalecer o Conselho e que passou o ano de 2015, nada foi feito e  
287 que agora quer que votem na marra, chegando-se ao argumento de: ou votem ou o  
288 CEDCA será fechado. Fatima diz que na Conferência Regional em Araçuaí, nem ela,  
289 nem os demais conselheiros e nem o motorista, tinham dinheiro para pagar a  
290 pousada. A sorte foi que o dinheiro depositado na conta dela serviu para pagar as  
291 despesas de todos. E depois disto, ainda ter que sofrer retaliações aqui, questiona.  
292 Fatima diz que pretende utilizar a carteirinha de idosa para as viagens até Belo  
293 Horizonte, para defender criança e adolescente. Fatima Mayrinck diz que isto não é  
294 papel de um Secretário de Estado que foi Presidente do CONANDA e questiona se  
295 ele não teria se sentado lá somente para fazer número ou ter status, ou ainda porque  
296 que é amigo do governador. Fatima Mayrinck afirma que gostaria que ele estivesse  
297 aqui, que já votou nele e que ele nunca mereceu seu voto, o que foi provado agora.  
298 Dada a palavra ao representante da Fundação Sara Albuquerque, Antônio Marcos,  
299 que assim se manifestou: que sente frustrado por não ter tomado posse, que a  
300 Fundação Sara Albuquerque festejou muito a indicação para composição do CMDCA  
301 de Belo Horizonte e para o CEDCA, que a Fundação tem uma proposta de mudar a  
302 realidade da oncologia pediátrica em Minas Gerais e que contam com a  
303 representação nos Conselhos para fortalecer esta perspectiva. Segundo Antônio  
304 Carlos, sai daqui frustrado, que motivos alheios (já que nada é claro para ele, ainda)  
305 os impediu de tomar posse. Portanto, se declara a favor de qualquer manifestação  
306 escrita. Com a palavra, a representante da ASSPROM Regina Mendes diz que é do  
307 tempo em que o CEDCA era um Conselho bem fortalecido e que dá tristeza ver este  
308 quadro. Reflete se uma Manifesto ou uma Denúncia, agora, não iria expor o Conselho  
309 mais ainda, cujo funcionamento já está precário. Regina Mendes diz que ficou  
310 sabendo que temos 25 atas para aprovar de 2015, no que foi esclarecida, já que as  
311 atas foram concluídas e aprovadas na última sessão plenária. Regina manifesta  
312 preocupação com a questão dos prazos, caso o CEDCA tenha de fato descumprido  
313 prazos para envio das comunicações. Regina Mendes sugere uma Comissão de  
314 representantes deste mandato e do mandato anterior para ir até a SEDPAC e outros  
315 órgãos , se for o caso, expor a situação e pedir providências, porque não pode ser

316 desta forma que iremos empoderar o Conselho, argumenta. O representante da  
317 Fundação CDL – Pro Criança, Rodrigo Martins se manifesta dizendo que a Fundação  
318 atende atualmente 1.300 adolescentes, incluindo-os no mercado de trabalho, e que o  
319 que esta acontecendo hoje é muito triste. Rodrigo diz não pretende estar no lugar do  
320 Dr. Ananias Neves, que por muitas vezes, teve que arcar com dinheiro do próprio  
321 bolso , para garantir que a sociedade civil aqui estivesse e garantisse o  
322 funcionamento do Conselho, mesmo sem garantia de reembolso. Rodrigo Martins faz  
323 referencia á situação da indústria atualmente, já que o governo prioriza a tributária  
324 dos importados que lhe trazem maior receita. Rodrigo também recomenda a  
325 elaboração do documento. João Crisóstomo, representante da Associação Pingo de  
326 Luz, diz que estamos reféns da vontade de um governo que todos ou quase todos  
327 vestiram camisa e ajudaram a eleger. João diz que estava com febre e ainda sim,  
328 veio à posse. Não soube da comunicação antes de principiar a viagem. Para João  
329 Crisóstomo toda esta situação é proveniente do fato de que companheiros da própria  
330 sociedade civil, muitos deles, não aceitaram o resultado da eleição. Mas que estas  
331 pessoas não se articularam para estarem aqui, como candidatos, nem mesmo para  
332 votarem da votação, e que as demais não tem culpa se foram eleitas. Se o resultado  
333 não agradou, ele lamenta, mas é isto que está posto. Segundo João Crisóstomo, Rita  
334 Ferreira fez uma cirurgia há poucos dias e está aqui. Ele também , esteve com 40  
335 graus de febre.. Ele diz que está aqui por vários mandatos e que não é a vontade do  
336 governo que tem que prevalecer. Em sequencia, se manifestou o representante da  
337 Inspeção São João Bosco, Raymundo Rabelo de Mesquita, conforme segue. “a  
338 gente que participou de toda a luta pela aprovação do Estatuto, que colocamos  
339 milhares de crianças nas ruas de Belo Horizonte do Rio de Janeiro; que mesmo no  
340 governo do Nilton Cardoso assumimos a passeata com 4 mil adolescentes no dia 27  
341 de Julho, com a parada na porta da Igreja São José, entendemos que Minas Gerais  
342 deu um passo importantíssimo na conquista do ECA. A gente se sente quase como  
343 num velório neste Conselho: Casa de Direitos Humanos. É uma mentira o que  
344 estamos lendo nesta parede. Estou com vergonha de Minas, por causa desta postura  
345 atual, que não foi a postura de Minas em toda a história. E continua.. Lembra que o  
346 primeiro CMDCA foi em Contagem. Em Belo Horizonte, o Conselho mudou de lugar  
347 varias vezes até que agora se implantou aqui, na casa de Direitos Humanos, para ser  
348 humilhado, com seus conselheiros. Irmão Mesquita expressa a falta de uma boa  
349 imprensa para colocar isto na televisão, para deixarem um pouco a bandidagem de  
350 Brasília, e mostrar a bandidagem politica que está aqui. Irmão Mesquita diz que viu  
351 todo o sofrimento do Dr. Ananias Neves , que não permitiu todo este tempo, que este  
352 conselho fosse devorado. O que sentimos, diz, é dor e tristeza, estamos passando  
353 uma quaresma sem bacalhau e sem sardinha e que é preciso uma reação. Lamenta  
354 que a imprensa não esteja, já que não houve possibilidade de prever, para que se  
355 colocasse para a realidade de Minas e do Brasil, também esta vergonha e essa dor  
356 que estamos sentindo. Irmão Mesquita completa, se dirigindo ao Dr. Ananias Neves,  
357 que são íntimos desde que o senhor foi presidente da FEBEM. E lhe digo, que esta  
358 criança que eu mora dentro do senhor e que o senhor defende, ela não pode ser  
359 humilhada neste ponto, ela tem que encontrar o caminho. E Minas Gerais e este  
360 Conselho tem muito a agradecer-lo, finaliza. Em seguida, Dr. Ananias agradece ao  
361 Irmão Mesquita e pronuncia que em verdade, estamos num momento muito delicado

362 para o Conselho de Minas e para Minas Gerais. Diz que o Irmão Mesquita tem  
363 razão, pois é a imagem que ele sempre defendeu em Brasília e que se sente  
364 envergonhado pelo que passamos hoje. Reflete sobre a próxima ida a Brasília, se terá  
365 *animus* de repetir lá, este fato de Minas. Porque se pensa sim, em Brasília, que  
366 Minas Gerais é uma referência. É o que se tem nos diálogos com o CONANDA e  
367 com os demais conselhos estaduais. Dr. Ananias diz que, também para ele, foi uma  
368 surpresa quando foi colocada a questão do encaminhamento dos meninos para o  
369 sistema prisional. Houve um silêncio em Brasília e especialmente no CONANDA. .  
370 Todos os conselheiros do CONANDA, incluindo-se os governamentais, foram  
371 solidários em tentar reverter esse quadro, por acreditar sim de que Minas Gerais não  
372 seria capaz de tanta violação. Aqueles que na verdade nos humilham não são a nós,  
373 mas às crianças as quais defendemos, aqueles que têm esperança em nós. A  
374 esperança de que os adultos construam para eles patamares dos quais eles possam  
375 se orgulhar no futuro e dizer: cresci com a base daqueles adultos. Cresci com a  
376 defesa deles. E abominar as posturas que assim não se procedem. Dr. Ananias  
377 Neves entende sim que deveremos ter dois Um expediente escrito e também  
378 fazermos o contato com o governo. E volta a repetir: jamais imaginei que um  
379 Secretário de Estado convidasse as pessoas para a posse e ele mesmo não dizer  
380 nada, apenas a Ana Penido informar a não publicação, sem nada falar sobre  
381 desconvoar. Registra novamente que o convite foi antes, na quinta-feira e a  
382 Comunicação Interna veio ontem a noite. Ou seja: se enviaram convite, tinham  
383 certeza de que as pessoas viriam, tanto que nem o espaço foi cancelado, nem o  
384 equipamento de gravação. Então, naquele momento era previsível sim a publicação,  
385 senão não fariam o convite. Entende que isto não é comum a um Secretário de  
386 Estado. Isto surpreende porque jamais esperaria isto, não só de um Secretário de  
387 Estado, mas especialmente de Nilmario Miranda, um homem que a gente sempre  
388 aprendeu a referenciar como o Ministro de Direitos Humanos, como Presidente do  
389 CONANDA. Segundo Dr. Ananias, ele próprio chegou a comentar em alguns espaços,  
390 que quando a secretaria foi criada e Nilmario assumiu ele teve esperança sim, porque  
391 veio para titular da secretaria alguém que foi Ministro de Direitos Humanos e  
392 Presidente do CONANDA. E que estas esperanças, criadas, hoje estão frustradas.  
393 Mas afirma que acredita que todos somos capazes de reverter este quadro, primeiro  
394 pela persistência: eu desisto de desistir de qualquer atitude que não seja a favor da  
395 criança, conclui. Irmão Mesquita propõe que o secretário seja provocado a dizer a  
396 razão desta atitude. Dr. Ananias novamente propõe a elaboração de um texto e a  
397 formação de um grupo que irá conversar com a SEDPAC e outros órgãos, se for o  
398 caso, dependendo da conversa, podem ser feitas visitas também a Assembleia  
399 Legislativa, Tribunal de Justiça (COINJ) , Ministério Público e talvez até, tentar uma  
400 visita ao próprio chefe de governo. Ele tem claro que o chefe de governo não  
401 concorda com esta posição e considera que houve um equívoco muito grande por  
402 parte de quem assessorou o Secretário para caminhar nesta linha. Reafirma o que  
403 disse o Claudinei Lima, de que não é o perfil do Secretário Nilmário este tipo de  
404 atitude. Alguém assessorou mal, alguém construiu mal, segundo Dr. Ananias, mas  
405 que é possível reverter este quadro com um ofício e uma boa conversa.. Silvia Batista  
406 sed manifesta para agradecer o apoio das conselheiras Erica Bastos e Giselle Cyrillo  
407 e do Bernardino Soares. Regina Mendes justifica sua impossibilidade de integrar o

408 grupo porque coordena o fórum e que haverá reunião do fórum a tarde. Giselle  
409 Cyrillo se dispõe a contribuir na digitação e redação do documento. Dr. Ananias  
410 Neves esclarece que a presença das conselheiras governamentais Giselle e Erica se  
411 dá porque esta é uma plenária, especial pela posse, mas é uma plenária. Constituído  
412 o grupo que fará a redação do documento. Rita Ferreira sugere que Dr. Ananias  
413 integre o grupo e ele pondera a questão seguinte: há uma personificação que se  
414 desenvolve no governo e que é preciso desmistificar um pouco isto, diluir, de modo  
415 que se as questões ficarem centradas nele, aumenta-se esta personificação. O grupo  
416 ficou assim constituído, para contribuir na redação do documento: Silvia Batista, Rita  
417 Ferreira, Claudinei Lima, Maria de Fatima Mayrinck, Bernardino Soares,. Para a visita  
418 institucional definidos os seguintes representantes: Cristiano Valentim, Fatima  
419 Mayrinck, Claudinei Lima, Rita Ferreira,. Silvia Batista, Dênia Carvalho Cleide Cruz,  
420 Dr. Ananias Neves, João Crisóstomo, Carlos Roberto. A respeito da agenda para  
421 visita a SEDPAC, Silvia Batista defende que todos devem ir sem agenda , pois com  
422 certeza que muito antes de chegarem lá, a Secretaria saberá que eles estão a  
423 caminho, de modo que , ligar ou não ligar, não ira interferir na entrega deste  
424 documento. Silvia Batista faz um apelo para que todos se manifestem, durante a  
425 conversa na SEDPAC assumindo seus posicionamentos, de modo que a  
426 responsabilidade não recaia apenas no Dr. Ananias. A Sessão foi então encerrada  
427 para que se procedesse à elaboração do documento que será encaminhado à  
428 Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC. Nada  
429 mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata pela secretária executiva, e que  
430 depois de lida e achada conforme pelos presentes, será por eles assinada.